COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

EDITAL CONVOCATÓRIO
Pregão Eletrônico nº 2026.09.08.1

1ª Parte: PREÂMBULO

A **Prefeitura Municipal de Barro** sito à Rua José Leite Cabral, nº 246, Centro, Barro - Ceará, por intermédio do(s) Ordenador(es) de Despesas da(s) Secretaria(s) Municipal(is) abaixo firmados, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regida pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observados os termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como as exigências estabelecidas neste Edital. A presente licitação será no Portal de Compras no site **www.licitabarro.com.br.**

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0 DO OBJETO
1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE, conforme anexos, partes integrantes deste edital.

2.0 DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA CONDUÇÃO DO CERTAME.
2.1. O presente edital está disponível gratuitamente nos sítios eletrônicos: **https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br**, **www.licitabarro.com.br**, **https://pncp.gov.br** e **https://barro.ce.gov.br**.
2.2. O certame será realizado no endereço eletrônico: **www.licitabarro.com.br.**
2.3. Os trâmites deste certame licitatório serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação do Município, juntamente com sua equipe de apoio.

3.0 DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME
3.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **10 de setembro de 2026 às 09:00 horas.**
3.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **24 de setembro de 2026, às 09:00 horas.**
3.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: **24 de setembro de 2026, às 09:30 horas.**
3.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.
3.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

4.0 DA SEDE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO
4.1. A sede da Prefeitura Municipal de Barro/CE, está localizada na Rua José Leite Cabral, nº 246, Centro, e a sede da Comissão de Licitação encontra-se localizada na Rua Alaíde Feitosa, nº 140, Jardim São Francisco.

5.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
5.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias constantes no quadro abaixo:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
10	03	12.365.0013.2.061	3.3.90.39.00
10	03	12.361.0013.2.058	3.3.90.39.00

6.0 - DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

6.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA no site **www.licitabarro.com.br**.

6.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio eletrônico constante no **subitem 2.2**, deste edital.

6.1.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional (**www.licitabarro.com.br**) poderá ser esclarecida através do com suporte técnico do sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA - Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 1408 – Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.464.263/0001-29) ou pelo(s) telefone(s)(88) 35351613 e (81) 3877-1397, ou ainda através do e-mail: boletos@brconectado.com.br.

6.2. Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastradas ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e que satisfaçam todas as condições da legislação em vigor e deste edital.

6.3. Poderá participar desta licitação toda e qualquer pessoa jurídica isoladamente ou em consórcio, idônea cuja natureza seja compatível com o objeto licitado;

6.4. Em se tratando de empresas participantes em forma de Consórcio, deverão ser observadas as seguintes exigências:

6.4.1. Será admitida para efeito de habilitação técnica, a apresentação dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado;

6.4.2. Para participantes em forma de consórcio, será acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira;

6.4.3. O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.4.4. Em caso de ser declarado vencedor, o consórcio deverá, antes da celebração do contrato, promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.4.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e deverá ser apresentada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6.5. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar n° 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

6.6. Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA) no site **www.licitabarro.com.br**,o exercício da preferência prevista na Lei Complementar n° 123/2006.

6.7. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

6.8. Não poderão disputar esta licitação:

6.8.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
6.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
6.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
6.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo desta licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
6.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
6.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
6.8.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
6.9. O impedimento de que trata o item 6.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
6.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.8.2 e 6.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
6.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
6.12. A vedação de que trata o item 6.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. O cadastramento da proposta de preços inicial ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obtidas junto à plataforma eletrônica GM Tecnologia (**www.licitabarro.com.br**).
7.1.1. Com relação à **proposta inicial**, basta que a mesma seja **cadastrada (preenchida) na plataforma**, com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, **não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.**
7.2. No preenchimento da proposta inicial, por meio da plataforma digital, deverá ser informado necessariamente o seguinte:
a) Indicação em cada lote da especificação do objeto licitado com todos seus itens, de acordo com o disposto no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;
b) Preço unitário de cada item e global do lote cotado, em algarismos, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.3. O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, **no ato do encaminhamento da proposta**, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do site **www.licitabarro.com.br**.

7.4. A licitante deverá apresentar, **no momento do cadastramento da sua PROPOSTA DE PREÇOS INICIAIS** como requisito de pré-habilitação, a comprovação da garantia no montante estipulado em **1% (um por cento)**, do **valor estimado para a contratação**, conforme previsto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.1. Essa garantia deverá ser emitida na mesma data do cadastro da proposta de preços iniciais, devendo ainda ser anexada na plataforma até a data e horário marcados para o início da sessão de disputa, em campo próprio, sob pena de desclassificação.

7.4.2. Para entendimento do valor "**Estimado da Contratação**" será considerado de acordo com o critério de julgamento, na seguinte forma:

I) Global: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor estimado orçado pela Administração.

II) Lote: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor estimado do lote orçado pela Administração, caso a licitação tenha mais de um lote, entende-se que o valor estimado da contratação será a soma dos valores estimados de cada lote que o licitante pretenda concorrer.

III) Item: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor total estimado do item orçado pela Administração, caso a licitação tenha mais de um item, entende-se que o valor estimado da contratação será a soma dos valores totais estimados de cada item que o licitante pretenda concorrer.

7.4.3. É importante esclarecer que a fase de lances, na qual a(s) proposta(s) são apresentada(s), é feita de forma sigilosa, de modo que a identificação dos licitantes é vedada até o encerramento dessa fase. A plataforma de disputa utilizada no certame garante que a identificação dos concorrentes só seja revelada após o término dos lances, momento em que o(a) pregoeiro(a) terá acesso ao documento de pré-habilitação (garantia de proposta).

7.4.4. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II) seguro-garantia;

III) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

7.4.5. Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá apresentar o comprovante de DEPÓSITO BANCÁRIO, a ser feito em nome da Prefeitura Municipal de Barro/CE, **Banco do Brasil n° 2845-2, Conta Corrente n° 17.000-3**, sendo que depósitos efetuados em caixas de autoatendimento, só serão validados após sua compensação.

7.4.6. Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de envio da mesma.

7.4.7. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante enviará o documento fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

- Beneficiário: Prefeitura Municipal de Barro/CE.

- Objeto: Garantia de proposta de preços final/readequada da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.09.08.1.**

- Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da Proposta.
- Prazo de Validade: 60 (sessenta) dias.
7.5. A garantia de proposta, no caso de depósito bancário, será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
7.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos de habilitação e/ou documentos complementares quando solicitados pelo condutor.
7.7. Excepcionalmente, será admitida a realização de diligência para que a licitante encaminhe o comprovante da garantia exigida, desde que o respectivo documento **já exista e tenha sido emitido na data do cadastramento na plataforma eletrônica da proposta inicial**.
7.7.1 - A diligência terá como única finalidade permitir a juntada de **documento preexistente**, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – Acórdão 781/2025 – TCU – Plenário, que veda a aceitação de documentos produzidos ou emitidos após o prazo estabelecido no edital.
7.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.
7.8.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma eletrônica (**www.licitabarro.com.br**) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
7.9. Os licitantes somente poderão retirar ou substituir as propostas, por eles apresentadas, até a data e horário de abertura da sessão pública.
7.9.1. A desistência de proposta somente poderá ocorrer até o horário de abertura da sessão pública (em conformidade com o disposto no Art. 18, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 c/c entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 2132/2021).
7.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a fase de envio de lances.
7.11. Será vedada a identificação do licitante.
7.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.
7.13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens/prestação de serviço.
7.14. Os preços, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.0 - DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃODAS PROPOSTAS INICIAIS

8.1. Abertas as propostas iniciais, o(a) agente de contratação fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, esta deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
8.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com **até 2 (duas) casas** decimais em seus valores unitários e globais.
8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) agente de contratação e somente estas participarão da etapa de lances.
8.4. Na elaboração da proposta inicial, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA** presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de

lances, o lance final deverá atingir **preço** igual ou inferior ao limite máximo estipulado pela Administração e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário destes deverá ser igual ou inferior aos limites previstos para cada item no Termo de Referência.
8.4.1. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.
8.5. Serão desclassificadas as propostas que identifiquem o licitante, assim como quando não forem atribuídos valores a algum dos itens componentes do respectivo lote.
8.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

9.0 - DA ETAPA DE LANCES

9.1. O(A) agente de contratação dará início à etapa competitiva no horário previsto no **subitem 3.3**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
9.2. A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados na ata da sessão, quando, para efeito de lances, será considerado o valor global do respectivo lote.
9.2.1. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço em conformidade com o item 8.4 do Edital Convocatório, quanto ao preço global e unitário dos itens, quando for o caso. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.
9.2.2. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.
9.2.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
9.2.4. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
9.3. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) agente de contratação nem aos demais participantes.
9.4. No caso de desconexão entre o(a) agente de contratação e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) agente de contratação, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.
9.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de contratação persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.
9.4.2. Caberá ao licitante à responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.
9.5. O modo de disputa adotado para este certame será o **"ABERTO E FECHADO"**, nos termos do Art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, do Art. 22, inciso II e do Art. 24, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, observados os seguintes termos:
9.5.1. A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.
9.5.2. Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

9.5.3. Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (**até 10 minutos**), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.5.3.1. No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.
9.5.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.5.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens acima, o sistema ordenará e divulgará os lances, conforme disposto no § 2º do art. 22, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
9.5.6. Definido o resultado do julgamento, o(a) Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.
9.6. Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8538/2015.
9.7. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.
9.8. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
9.9. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
9.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
9.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após encerradas todas as etapas transcritas acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.0 - DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA E DO LICITANTE ARREMATANTE

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances eletrônicos da sessão pública, o(a) agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.
10.2. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a)agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do Art. 30 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
10.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
10.4. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28, ambos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
10.6. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, exclusivamente por meio do sistema, envie a sua proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, e ainda, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
10.7. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item acima, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
10.8. A não apresentação da proposta de preços finais, exclusivamente por meio do sistema, no sítio eletrônico **www.licitabarro.com.br**, dentro do prazo estipulado no item 10.6, acarretará a desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
10.9. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.0 - DA APRESENTAÇÃO E DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS FINAL(IS)

11.1. A proposta final deverá ser apresentada em via única original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II - Proposta de preços deste edital, assinada pelo representante legal do licitante, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca do produto e/ou fornecedor do serviço e demais informações relativas ao produto/serviço ofertado.
11.2. Prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sua emissão.
11.3. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de itens divergentes dos contidos no respectivo lote.
11.4. Na cotação do preço unitário não será admitido o fracionamento do centavo.
11.5. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.
11.6. No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.
11.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, sob pena de aplicações de possíveis sanções administrativas, observado o devido processo legal.
11.8. Iniciada a fase de julgamento, o(a) agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
11.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
11.10. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.
11.11. Caso observada a inexistência de sanções impeditivas da participação, será iniciado o procedimento de julgamento da(s) proposta(s) de preços finais.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

11.12. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade, quando serão desclassificadas as propostas que:
11.12.1. Contiverem vícios insanáveis e/ou condições ilegais;
11.12.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
11.12.3. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
11.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.12.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
11.12.6. Contiverem para o lote item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do lote, devendo o licitante, readequar o valor do lote aos valores constantes no mapa de preços emitido pela plataforma eletrônica.
11.13. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
11.14. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do agente de contratação, que venha a comprovar:
11.14.1. Que o preço de custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.14.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
11.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
11.16. Toda desclassificação será sempre fundamentada e registrada na plataforma eletrônica.
11.17. Se a proposta de menor preço não for aceitável, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, verificando sua compatibilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital

12.0 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação exigidos consistem nos seguintes:

- Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
b) Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
e) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados em se tratando de empresas organizadas sob esta forma, devendo ser realizada a indicação da empresa líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e apresentar declaração formal de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, devidamente assinado por todos os representantes legais das empresas que farão parte da composição;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

Observação: Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado, ou seja, serviços de *"**locação de veículos**"*, não podendo ser comparado ou substituído por *"**transporte escolar**"*.

- Qualificação Técnica:

f) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo está feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;
f.1) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado;
g) Registro ou inscrição da empresa junto ao conselho de classe competente (CRA ou Equivalente);
g.1) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, para fins de contratação, responsável técnico inscrito na entidade de classe competente (CRA ou Equivalente).
g.2) Para comprovar que o profissional acima referido pertence ao quadro permanente da licitante, no caso de não ser sócio da mesma, deverá ser apresentada cópia da sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhada da cópia do Livro de Registro de Funcionários ou Contrato de Prestação de Serviços;

- Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
i) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
j) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
k) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
l) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
m) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
n) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
o) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- Qualificação Econômico-financeira:

p) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
p.1) A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos;
q) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

- Declarações:

r) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
s) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

t) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
u) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

12.2. Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.
12.2.1. Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.
12.3. Os licitantes vencedores deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do Sistema da GM Tecnologia, no sítio eletrônico **www.licitabarro.com.br**, em formato digital, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, após solicitação do(a) Agente de contratação, por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado, por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022.
12.4. Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
12.5. A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do Sistema GM TECNOLOGIA, no sítio eletrônico **www.licitabarro.com.br**, dentro do prazo estipulado no item 12.3, assim como o desatendimento a algum dos requisitos de habilitação, estipulados acima, acarretará na **inabilitação/desclassificação** do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.0 - DISPOSIÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

13.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação do(a) agente de contratação, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.
13.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(a) agente de contratação convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

14.0 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao(a) agente de contratação, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, informando o número deste pregão e o órgão interessado ou por meio da plataforma **www.licitabarro.com.br.**
14.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).
14.3. Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) agente de contratação por escrito, pela plataforma eletrônica aos interessados.

14.4. Até **3 (três) dias** úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, informando o número deste pregão e o órgão interessado ou por meio da plataforma **www.licitabarro.com.br**.
14.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, através da plataforma eletrônica.
14.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
14.7. Deferida a impugnação contra o presente Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado, para esta, a contagem mínima do mesmo prazo inicial.
14.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública.
14.9. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.
14.9.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do presente processo.
14.10. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio da plataforma eletrônica, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

15.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. Declarado o vencedor, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma **www.licitabarro.com.br**.
15.2.1. Os demais licitantes ficarão desde logo notificados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
15.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.
15.4. A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito e o processo poderá ser adjudicado ao licitante declarado vencedor.
15.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
15.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados através da plataforma **www.licitabarro.com.br**.

16.0 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) agente de contratação durante o certame;
16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
16.1.5. Fraudar a licitação;
16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;
16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
16.2.1. Advertência;
16.2.2. Multa;
16.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;
16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. Anteriormente à adjudicação e homologação do certame, a(s) Unidade(s) Gestora(s), através de equipe técnica nomeada, procederá com a convocação da empresa provisoriamente declarada vencedora para, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, apresentar a relação explícita dos veículos a serem utilizados na execução dos serviços objeto da presente licitação, acompanhada de declaração formal da disponibilidade de todos os veículos relacionados.

17.1.1. Para os veículos que não sejam de propriedade da licitante, deverá ser anexado o compromisso hábil entre a licitante e o vendedor, o cedente, o arrendante ou o locador, em que conste declaração formal das partes, de que os veículos estarão disponíveis e vinculados ao futuro contrato decorrente desta licitação, sob as penas cabíveis.

17.1.2. Como compromisso hábil poderão ser apresentados: Instrumento de Compra e Venda; Termo de Cessão; Instrumento de Arrendamento ou Contrato de Locação.

17.1.3. Veículos objeto de leasing serão considerados como de propriedade, desde que a licitante figure como arrendatária dos mesmos.

17.2. O prazo acima definido **(item 17.1)** poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4. A homologação do processo será efetuada somente após a emissão do **Termo de aprovação da documentação** por parte da comissão técnica dos documentos elencados nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 por parte da(s) empresa(s) arrematante(s), sendo que, a não aprovação ou a não apresentação da referida documentação, acarretará na desclassificação da empresa, sendo convocada a concorrente remanescente, observada a ordem de classificação.
17.5. O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.
17.6. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18.0 DA CONTRATAÇÃO

18.1. Anteriormente à convocação, para a assinatura do contrato, a(s) Unidade(s) Gestora(s), através de equipe técnica nomeada, procederá com a convocação da empresa declarada vencedora para, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, apresentar os veículos a serem utilizados nos serviços objeto desta licitação para a realização da vistoria nos mesmos.
18.1.1. No ato da vistoria técnica, a empresa arrematante deverá apresentar juntamente com os veículos os seguintes documentos:
a) Cópia dos documentos dos veículos (Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV), devidamente atualizados e quitados perante o órgão de trânsito;
b) Cintos de segurança em número igual à lotação;
18.2. O prazo acima definido **(item 18.1)** poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
18.3. A convocação da empresa para assinatura contratual será efetuada somente após a emissão do **Laudo de Vistoria** pela comissão de inspeção técnica e apresentação dos documentos elencados no item 18.1.1 por parte da empresa arrematante, sendo que, a não aprovação dos veículos na vistoria técnica ou a não apresentação da referida documentação, acarretará na desclassificação da empresa, sendo convocada a concorrente remanescente, observada a ordem de classificação.
18.4. O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não contratar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.
18.5. A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.
18.6. O contratado estará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na presente licitação.
18.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
18.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
18.8.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
18.8.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
18.9.1. A regra transcrita acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma item 18.8.1.
18.10. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens acima.
18.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
18.12. As condições contratuais estão definidas no **Anexo IV – Minuta do Contrato**, parte integrante deste edital.

19.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos constantes no item 2.1 deste Edital;
19.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;
19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento.
19.4. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal;
19.5. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada;
19.6. É facultada ao(a) agente de contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
19.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) agente de contratação, nos termos da legislação pertinente;
19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
19.10. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
19.11. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
19.12. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo(a) agente de contratação, ou ainda o não atendimento às solicitações/convocações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO;
19.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
19.14. Todas e quaisquer comunicações com o(a) agente de contratação deverão se dar por escrito, via chat da plataforma eletrônica, na “sala virtual” onde estará acontecendo o certame;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

19.15. Fica terminantemente proibido ao(a) agente de contratação prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame;
19.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Barro, Estado do Ceará.

20.0 - DOS ANEXOS

20.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:
ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços
ANEXO III - Modelos de Declarações
ANEXO IV - Minuta do Contrato

Barro/CE, 08 de setembro de 2026.

_____
Francisca Maria de Albuquerque Feitosa
Ordenador(a) de Despesas
Secretaria Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.09.08.1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE.

2 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRÍTÉRIO DE JULGAMENTO

2.1 - Para a contratação deste objeto será adotada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, ao que determina a Lei Complementar n° 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e outras normas aplicáveis à espécie.
2.2 - Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO (POR LOTE)**, observando todas as condições definidas no edital e seus anexos.
2.3 - A proposta final para o(s) lote(s) não poderá conter item(ns) com valor(es) superior(es) ao(s) estimado(s) pela administração, **sob pena de desclassificação**.

3 – DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE quanto à disponibilização de veículos para suporte às atividades administrativas, pedagógicas e logísticas desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino.
3.2 - A necessidade decorre da insuficiência da frota própria do Município para atender, de forma contínua e eficiente, às demandas diárias da Secretaria, comprometendo o deslocamento de servidores e professores para as escolas da zona rural, a realização de visitas técnicas e pedagógicas, o transporte de equipes administrativas, a distribuição de merenda escolar, materiais didáticos, equipamentos e demais atividades indispensáveis ao funcionamento das unidades escolares.
3.3 - Em razão da extensão territorial do Município e da localização das escolas na sede e na zona rural, os deslocamentos ocorrem diariamente, exigindo veículos com características distintas para atender às diversas demandas operacionais da Secretaria. A indisponibilidade desses veículos pode ocasionar atrasos na entrega de merenda escolar e materiais, dificuldades no acompanhamento pedagógico das unidades de ensino e prejuízos à execução das ações administrativas e educacionais.
3.4 - Nesse contexto, a contratação da locação de veículos mostra-se a solução mais adequada para garantir maior disponibilidade da frota, continuidade dos serviços, redução de custos com manutenção e maior eficiência na gestão dos recursos públicos, permitindo que a Administração concentre seus esforços na execução de suas atividades finalísticas.
3.5 - Ressalta-se que os veículos objeto desta contratação não serão utilizados para o transporte regular de alunos, destinando-se exclusivamente ao apoio das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para o fortalecimento da gestão educacional e para a melhoria dos serviços prestados à comunidade escolar.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

4.1 - A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s), deverá(ão) fornecer os serviços conforme descrições e limites máximos de valores especificados nas planilhas abaixo:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

LOTE 01 – VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 PASSAGEIROS (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
3	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
4	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE.	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
5	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
6	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
7	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
8	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
9	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
10	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
11	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
12	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
13	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
14	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
15	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

16	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 3,98	R$ 9.950,00	12	R$ 119.400,00
						TOTAL	**R$ 1.910.400,00**

LOTE 02 – VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 07 PASSAGEIROS (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 4,20	R$ 10.500,00	12	R$ 126.000,00
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 4,20	R$ 10.500,00	12	R$ 126.000,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

3	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 4,20	R$ 10.500,00	12	R$ 126.000,00
4	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 4,20	R$ 10.500,00	12	R$ 126.000,00
						TOTAL	**R$ 504.000,00**

LOTE 03 – VEÍCULOS TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS (DIESEL)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 4,94	R$ 12.350,00	12	R$ 148.200,00
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500	KM	2.500,00	R$ 4,94	R$ 12.350,00	12	R$ 148.200,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
						TOTAL	**R$ 296.400,00**

LOTE 04 – VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO PICAPE LEVE (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE LEVE, CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE MINIMA PARA 02 PASSAGEIROS, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA 900 LITROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 5,67	R$ 14.175,00	12	R$ 170.100,00
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE LEVE, CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE MINIMA PARA 02 PASSAGEIROS, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA 900 LITROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00	R$ 5,67	R$ 14.175,00	12	R$ 170.100,00
						TOTAL	**R$ 340.200,00**

4.2 - O valor máximo admitido para esta contratação é de **R$ 3.051.000,00 (três milhões e cinquenta e um mil reais)**, obtidos através da **MÉDIA DE PREÇO** unitários cotados nas pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Pesquisa e Compras do Município de Barro/CE, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

4.3 - Não serão aceitos para fins de contratação, **preços unitários superiores** aos valores constantes no orçamento acima.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

5 – DAS CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO E ENTREGA DOS VEÍCULOS

5.1 – Os veículos utilizados para execução dos serviços deverão preencher todos os requisitos de segurança contidos no Código Nacional de Trânsito, além de comprovação e atualização de Licença do DETRAN (CRLV) e Seguro Obrigatório.
5.1.1 – Os veículos deverão manter as características exigidas neste Termo de Referência.
5.1.2 – Os veículos deverão ser entregues higienizados, com tanque completo/cheio e a devida documentação legal, na sede de cada secretaria contratante, em horário comercial.
5.1.3 – Na entrega dos veículos será realizada outra vistoria, sendo emitido o **Termo de Vistoria**, onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.
5.1.4 – Após a entrega das unidades, os veículos serão conduzidos por motoristas do(a) CONTRATANTE/CONTRATADO, devidamente habilitados.

6 – DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

6.1 - A CONTRATADA deverá se responsabilizar integralmente pelo pagamento da importância referente a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guinchos e estadias decorrentes da Infração.

7 – DAS AVARIAS

7.1 – As avarias serão classificadas quanto às ocorrências de trânsito, envolvendo veículos automotores ou não, vandalismos, acidentes fortuitos e danos causados pela natureza.
7.2 – Nos casos em que as avarias forem de responsabilidade de terceiros, vandalismo, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza, o gestor do contrato comunicará a CONTRATADA por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cessando automaticamente a responsabilidade da CONTRATANTE.
7.3 – Caso a avaria seja de responsabilidade do condutor da CONTRATANTE, o gestor do contrato comunicará a CONTRATADA, por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cabendo o reembolso da avaria, desde que seja apresentado dentro do prazo de 96 (noventa e seis) horas do fato ocorrido e com no mínimo de 03 (três) orçamentos de empresas especializadas, constando número do CNPJ, a assinatura do responsável e a expressa autorização do gestor do contrato para a realização dos serviços de recuperação.
7.4 – Os reembolsos solicitados que estiverem em desacordo com o estabelecido não serão aceitos, sendo devolvidos à Contratada, por escrito.

8 – DOS ABASTECIMENTOS

8.1 - A CONTRATANTE abastecerá os veículos contratados sempre que for o caso, durante o tempo da prestação dos serviços, sempre que for de sua responsabilidade conforme descrição do item constante no futuro contrato.

9 – DOS PERÍODOS DE TRABALHO

9.1 – Na vigência contratual o(s) veículo(s) ficará(ão) a disposição da CONTRATANTE, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com quilometragem conforme o disposto nas planilhas do item 4.1.

10 – DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

10.1 - Os veículos deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo à CONTRATADA prestar manutenção preventiva e corretiva, empreendendo a limpeza dos componentes e

peças, substituição de peças em razão de defeito ou desgaste natural, conserto, reparação, troca de componentes e equipamentos danificados de modo a deixar, o veículo em perfeitas condições de uso.
10.2 - As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas, se darão sempre que solicitadas pela CONTRATANTE, ocasiões em que deverá a CONTRATADA providenciar a substituição imediata do veículo por outro similar ou superior.
10.3 - As manutenções preventivas e corretivas abrangerão também a troca de pneus, bem como a realização dos serviços de alinhamento e balanceamento, se for o caso.

11 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 - Visando atender à demanda, é necessária a contratação por meio de licitação na modalidade Pregão, do tipo eletrônico, pelo critério de julgamento menor preço, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE, considerando a natureza do objeto a ser contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
11.2 - A futura contratação deverá contemplar a prestação de serviços contínuos de locação de veículos diversos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, pedagógicas e logísticas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE, compreendendo o fornecimento de veículos em perfeitas condições de uso e segurança, motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, pneus e demais insumos necessários à plena execução do objeto.
11.3 - A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, com capacidade técnico-operacional compatível com a natureza da contratação, dispondo de frota adequada e motoristas habilitados, responsabilizando-se pela continuidade, regularidade e qualidade dos serviços durante toda a vigência contratual.
11.4 - Os serviços deverão observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), da Lei nº 13.103/2015 (Lei do Motorista), das Normas Regulamentadoras aplicáveis e demais legislações pertinentes.
11.5 - A contratada será responsável pela disponibilização dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata em caso de pane, acidente ou indisponibilidade, fornecimento de combustível, pneus, lubrificantes, seguros, licenciamento e demais despesas necessárias à perfeita execução contratual.
11.6 - Os veículos deverão possuir, preferencialmente, **ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos**, estar em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, com documentação regular, licenciamento vigente e cobertura securitária compatível com os riscos da execução contratual.
11.7 - Durante a execução do contrato, deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada de pneus, óleos lubrificantes, filtros, baterias e demais resíduos gerados, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais aplicáveis.
11.8 - Para fins de habilitação, a futura contratada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
11.9 - Não será admitida a subcontratação integral do objeto, podendo ser autorizada, quando tecnicamente justificável, a subcontratação parcial de serviços especializados, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato.
11.10 - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo à contratada disponibilizar todas as informações e documentos necessários à fiscalização, bem como cumprir os critérios de medição e pagamento que vierem a ser estabelecidos no Termo de Referência.
11.11 - Conforme o item 17 do edital, é necessário a apresentação de disponibilidade dos veículos como

condição de homologação.
11.12 – Conforme o item 18 do edital, a empresa a ser contratada deverá possibilitar a vistoria técnica prévia para verificação das condições dos veículos para **fins de contratação.**
11.13 - Fora utilizado como fonte principal na definição para a futura contratação as leis vigentes, assim como os princípios constitucionais das contratações, especificações e exigências mínimas para o fornecimento pretendido.
11.14 - A contratação em questão **se refere a um fornecimento continuado.** O contrato inicial será estabelecido para um período de **12 (doze) meses,** com possibilidade de prorrogação sucessiva, desde que mantidas as condições de vantajosidade e atendidos os requisitos legais da Lei 14.133/2021.

12 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

12.1 - A solução proposta abrange a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE.
12.2 - A Descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

13 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
13.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
13.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
13.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
13.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
13.6 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
13.6.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
13.6.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.
13.6.3 - O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
13.6.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
13.7 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.8 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
13.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
13.9 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
13.9.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
13.9.2 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
13.9.3 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
13.10 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
13.11 - A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.
13.11.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - Preço

14.1.1 - O valor total estimado para a contratação é de **R$ 3.051.000,00 (três milhões e cinquenta e um mil reais).**
14.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.2 - Forma de Pagamento

14.2.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
14.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Prazo de Pagamento

11.3.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
14.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.4 - Condições de Pagamento

14.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
14.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
14.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;
14.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
14.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
14.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
14.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
14.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
14.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
14.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
14.4.10.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
14.4.11 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

15.1 - O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

16 - DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

16.1 - Em observância ao disposto no art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada análise acerca da conveniência do parcelamento do objeto, considerando os aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
16.2 - Verificou-se que o objeto da contratação admite parcelamento, uma vez que os serviços pretendidos compreendem categorias distintas de veículos, cujas características técnicas, operacionais e de utilização são independentes entre si, inexistindo relação de interdependência que exija sua execução por um único contratado.
16.3 - Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto em 04 (quatro) lotes, correspondentes às diferentes categorias de veículos necessárias ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrado a seguir:

Lote	Especificação	Quantidade
01	Veículos de passeio com capacidade mínima para 05 passageiros (Flex)	01
02	Veículos de passeio com capacidade mínima para 07 passageiros (Flex)	01
03	Veículos tipo Van com capacidade mínima para 16 passageiros (Diesel)	01
04	Veículos utilitários tipo Picape leve (Flex)	01

16.4 - A adoção do parcelamento apresenta as seguintes vantagens para a Administração:
a) Ampliação da competitividade
a.1) O parcelamento possibilita a participação de um número maior de empresas, especialmente aquelas especializadas em determinadas categorias de veículos, evitando restrições indevidas ao caráter competitivo da licitação e ampliando o universo de potenciais fornecedores.
b) Maior vantajosidade econômica
b.1) A divisão do objeto por categorias permite que cada licitante apresente proposta para os lotes em que possui maior capacidade operacional e competitividade, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos e compatíveis com o mercado.
c) Especialização na execução dos serviços
c.1) O mercado de locação de veículos possui empresas com diferentes especializações, existindo fornecedores que atuam predominantemente com veículos de passeio, utilitários ou vans. O parcelamento permite que cada lote seja executado por empresa com expertise específica, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
d) Redução dos riscos contratuais
d.1) A contratação por lotes reduz os impactos decorrentes de eventual inadimplemento contratual. Caso ocorra interrupção na execução de determinado lote, apenas aquela parcela da contratação será afetada, preservando-se a continuidade da execução dos demais serviços.
e) Ausência de prejuízo à gestão contratual
e.1) Embora haja possibilidade de mais de um contratado, os serviços são independentes entre si, possuem objeto padronizado, critérios uniformes de fiscalização e execução semelhantes, não havendo comprometimento da gestão, do acompanhamento contratual ou da eficiência administrativa.
f) Inexistência de perda de economia de escala
f.1) Considerando que os veículos possuem características distintas e que a formação dos preços ocorre individualmente para cada categoria, não foram identificados ganhos econômicos relevantes que justificassem a reunião de todos os itens em lote único. Ao contrário, o parcelamento tende a ampliar a competição e favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.
16.5 - Também foi analisada a possibilidade de contratação em lote único, abrangendo todas as categorias de veículos. Contudo, essa alternativa mostrou-se menos adequada, pois poderia restringir a participação de

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

empresas que não dispõem de frota completa, reduzindo a competitividade do certame e, consequentemente, a possibilidade de obtenção de melhores condições para a Administração.

16.6 - Diante das análises realizadas, conclui-se que o **parcelamento do objeto em 04 (quatro) lotes distintos** é técnica e economicamente viável, promove a ampliação da competitividade, favorece a obtenção da proposta mais vantajosa e preserva a eficiência da gestão contratual, razão pela qual se recomenda sua adoção na futura licitação, em conformidade com o art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17 - DA ORIGEM DOS RECURSOS

17.1 - As despesas do futuro contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
10	03	12.365.0013.2.061	3.3.90.39.00
10	03	12.361.0013.2.058	3.3.90.39.00

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

18.1 - As obrigações da Contratante e Contada estão dispostas na Minuta Contratual **Anexo IV** do Edital Convocatório.

19 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 – As infrações e sanções administrativas estão dispostas na Minuta Contratual **Anexo IV** do Edital Convocatório.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barro/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Barro/CE, 08 de setembro de 2026.

Francisca Maria de Albuquerque Feitosa
Ordenador(a) de Despesas
Secretaria Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Barro/CE.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como às cláusulas e condições do Processo Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 2026.09.08.1**.

Declaramos que não ocorreu fato que nos impeça de participar do mencionado Processo de Licitação.

Declaramos, ainda, que em nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos produtos/materiais cotados que venham a onerar o objeto desta contratação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar os serviços especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) do presente Processo de Licitação.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barro/CE, conforme especificações apresentadas no quadro abaixo:

LOTE 01 – VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 PASSAGEIROS (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA	KM	2.500,00			12	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
3	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
4	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
5	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
6	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA,	KM	2.500,00			12	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

	COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
7	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
8	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
9	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
10	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL	KM	2.500,00			12	

	INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)						
11	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR	KM	2.500,00			12	
12	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
13	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

14	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
15	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
16	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
						TOTAL	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

LOTE 02 – VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 07 PASSAGEIROS (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
3	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

4	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 07 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
						TOTAL	

LOTE 03 – VEÍCULOS TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS (DIESEL)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PASSAGEIROS, COMBUSTIVEL DIESEL, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
						TOTAL	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

LOTE 04 – VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO PICAPE LEVE (FLEX)							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM MENSAL**	**VALOR KM**	**VALOR TOTAL MENSAL**	**MÊS**	**TOTAL GERAL**
1	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE LEVE, CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE MINIMA PARA 02 PASSAGEIROS, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA 900 LITROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
2	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE LEVE, CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE MINIMA PARA 02 PASSAGEIROS, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA 900 LITROS, COMBUSTIVEL ALCOOL OU GASOLINA, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRO/CE. QUILOMETRAGEM MENSAL INDIVIDUAL ESTIMADA EM 2.500 KM. (MOTORISTA, COMBUSTIVEL, PNEUS E MANUTENÇÃO MECANICA DISPONIBILIZADA PELO CONTRATADO/LOCADOR)	KM	2.500,00			12	
						TOTAL	

O valor total da proposta é de R$ ..... (.....).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
Empresa: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
Cidade: .....
Telefone: .....e-mail: .....

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

INDICAÇÃO DO RESPONSAVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO
Representante Legal: .....
CPF: .....
Telefone: .....e-mail: .....

DADOS BANCÁRIOS
Banco: .....
Agência: .....
Conta para depósito: .....
Titular: .....

Data: .....

.....
Assinatura do Proponente

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÕES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.09.08.1.

A empresa ....., inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal, o Sr(a)..... portador(a) da Carteira de identidade nº ..... e CPF nº ....., **DECLARA** que:

a) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

.....
(Assinatura e Carimbo CNPJ)

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si fazem o Município de Barro/CE, através da Secretaria Municipal de ..... e a empresa ....., para o fim que nele se declara.

O **MUNICÍPIO DE BARRO**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., através da Secretaria Municipal de ....., inscrito no CNPJ nº ....., neste ato representada por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a). ....., residente e domiciliado(a) nesta Cidade, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado ....., estabelecida na ....., inscrita(o) no CNPJ sob o n° ....., neste ato representada por ....., Função ....., apenas denominada(o) de **CONTRATADA(O)**, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Pregão Eletrônico nº 2026.09.08.1, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.09.08.1, de acordo de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente homologado pelo(a) Sr(a). ....., Ordenador(a) de Despesas da Secretaria Municipal de .....

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto o(a) ....., conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, na forma discriminada no(s) quadro(s) abaixo:

.....

2.2. Vinculam a este contrato, independentemente de transcrição:
2.2.1. Termo de Referência;
2.2.2. Edital da Licitação;
2.2.3. Proposta do contratado;
2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
3.1.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....).
6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
6.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, através de Transferência Bancária para o fornecedor.
6.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
6.5. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
6.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
6.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.11. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO E ENTREGA DOS VEÍCULOS

7.1 – Os veículos utilizados para execução dos serviços deverão preencher todos os requisitos de segurança contidos no Código Nacional de Trânsito, além de comprovação e atualização de Licença do DETRAN (CRLV) e Seguro Obrigatório.
7.1.1 – Os veículos deverão manter as características exigidas neste Contrato.
7.1.2 – Os veículos deverão ser entregues higienizados, com tanque completo/cheio e a devida documentação legal, na sede de cada secretaria contratante, em horário comercial.
7.1.3 – Na entrega dos veículos será realizada outra vistoria, sendo emitido o **Termo de Vistoria**, onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.
7.1.4 – Após a entrega das unidades, os veículos serão conduzidos por motoristas do(a) CONTRATANTE/CONTRATADO, devidamente habilitados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

8.1 - A CONTRATADA deverá se responsabilizar integralmente pelo pagamento da importância referente a

multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guinchos e estadias decorrentes da Infração.

CLÁUSULA NONA – DAS AVARIAS

9.1 – As avarias serão classificadas quanto às ocorrências de trânsito, envolvendo veículos automotores ou não, vandalismos, acidentes fortuitos e danos causados pela natureza.
9.2 – Nos casos em que as avarias forem de responsabilidade de terceiros, vandalismo, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza, o gestor do contrato comunicará a CONTRATADA por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cessando automaticamente a responsabilidade da CONTRATANTE.
9.3 – Caso a avaria seja de responsabilidade do condutor da CONTRATANTE, o gestor do contrato comunicará a CONTRATADA, por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cabendo o reembolso da avaria, desde que seja apresentado dentro do prazo de 96 (noventa e seis) horas do fato ocorrido e com no mínimo de 03 (três) orçamentos de empresas especializadas, constando número do CNPJ, a assinatura do responsável e a expressa autorização do gestor do contrato para a realização dos serviços de recuperação.
9.4 – Os reembolsos solicitados que estiverem em desacordo com o estabelecido não serão aceitos, sendo devolvidos à Contratada, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ABASTECIMENTOS

10.1 - A CONTRATANTE abastecerá os veículos contratados sempre que for o caso, durante o tempo da prestação dos serviços, sempre que for de sua responsabilidade conforme descrição do item constante no futuro contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PERÍODOS DE TRABALHO

11.1 – Na vigência contratual o(s) veículo(s) ficará(ão) a disposição da CONTRATANTE, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com quilometragem conforme o disposto nas planilhas do item 2.1.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

12.1 - Os veículos deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo à CONTRATADA prestar manutenção preventiva e corretiva, empreendendo a limpeza dos componentes e peças, substituição de peças em razão de defeito ou desgaste natural, conserto, reparação, troca de componentes e equipamentos danificados de modo a deixar, o veículo em perfeitas condições de uso.
12.2 - As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas, se darão sempre que solicitadas pela CONTRATANTE, ocasiões em que deverá a CONTRATADA providenciar a substituição imediata do veículo por outro similar ou superior.
12.3 - As manutenções preventivas e corretivas abrangerão também a troca de pneus, bem como a realização dos serviços de alinhamento e balanceamento, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações do Contratante:
13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, vinculado a este contrato;

13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
13.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;
13.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
13.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
13.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
13.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
13.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada.
13.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
13.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em suas peças vinculadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
14.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
14.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
14.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
14.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
14.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
14.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
14.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
14.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
14.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
14.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
14.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
14.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
14.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
14.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
14.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
14.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
14.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
14.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
14.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
15.2.4. Multa:
15.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
15.2.4.2.O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133, de 2021.
15.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
15.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
16.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
16.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
16.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
16.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
16.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
16.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FONTE DE RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) constante(s) no quadro abaixo:

.....

17.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 - A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no instrumento contratual.
19.2 - A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato, de acordo com o estabelecido na Lei Federal n° 14.133/21.
19.2.1 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/21.
19.3 - Fica designado o servidor(a) o Sr(a). ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ....., especialmente, para este fim conforme Portaria nº ....., de ....., para a fiscalização do referido Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Barro/CE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. _____

Barro/CE, ...

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. ..... CPF .....

2. ..... CPF .....